

Qual é a Relação entre Igreja e Estado?

R.C. Sproul

Questões Cruciais
No. 18

QUESTÕES CRUCIAIS
Nº 18



Qual é *a Relação entre* Igreja *e* Estado?

R. C. Sproul

FIEL Editora

Qual a relação entre Igreja e Estado?
Traduzido do original em inglês
What is the Relation between Church and State?, por R. C. Sproul
Copyright © 2013 by R. C. Sproul

●

Publicado por Reformation Trust Publishing a division of Ligonier Ministries
400 Technology Park, Lake Mary, FL 32746

Copyright©2014 Editora FIEL.
1ª Edição em Português 2014

●

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por Editora Fiel da Missão Evangélica Literária
PROIBIDA A REPRODUÇÃO DESTE LIVRO POR QUAISQUER MEIOS, SEM A PERMISSÃO ESCRITA DOS EDITORES, SALVO EM BREVES CITAÇÕES, COM INDICAÇÃO DA FONTE.

●

Diretor: James Richard Denham III.
Editor: Tiago J. Santos Filho
Tradução: Francisco Wellington Ferreira
Revisão: Elaine Regina Oliveira dos Santos
Diagramação: Rubner Durais
Capa: Gearbox Studios
Ebook: Yuri Freire

ISBN: 978-85-8132-263-6



Caixa Postal, 1601
CEP 12230-971
São José dos Campos-SP
PABX.: (12) 3919-9999
www.editorafiel.com.br

Sumário

Um – Força legal

Dois – Obediência civil

Três – A espada e as chaves

Quatro – Religião estabelecida

Cinco – Um instrumento do mal

Seis – Desobediência civil



Força Legal

Há muitos anos, fui convidado a ser o orador principal no *café de oração inaugural* para o governador da Flórida. No evento, dirigi-me não somente ao grupo de pessoas que estavam ali reunidas, mas também ao próprio governador. Disse que o evento era semelhante a um culto de ordenação numa igreja. Num culto de ordenação, um homem é consagrado ao sagrado ministério do evangelho e separado para essa vocação na igreja. Tentei infundir no governador a importância de seu ofício:

> Hoje é seu dia de ordenação. Hoje é o seu sermão de ordenação, ou sua cerimônia de ordenação. Seu ofício é ordenado por Deus, assim como também o é meu ofício de pastor. É por causa da autoridade de Deus que existe tal coisa como um governo. Por esta razão, você é chamado por Deus a ser um ministro, não como um pregador numa igreja local, mas como um oficial deste Estado. No entanto, em seu ofício como governador, você não tem

> autoridade autônoma. Sua autoridade, e a única autoridade que você tem, é uma autoridade que lhe foi delegada por Aquele que possui toda a autoridade, ou seja, Deus. Em última análise, Deus é o fundamento da autoridade pela qual você regerá, no governo. Eu o desafio, neste dia, a lembrar-se sempre de que você prestará contas a Deus pelo modo como exerce esse ofício, e que não seja seduzido pelo conceito mitológico de separação entre igreja e estado. O estado, tanto quanto a igreja, é instituído por Deus, ordenado por Deus e deriva a autoridade que possui desta delegação de autoridade divina. Portanto, o estado é responsável e presta contas a Deus.

Naquela ocasião, fui capaz de dizer isto ao governador de nosso estado. Contudo, falar nestes termos, hoje, é ser uma voz que clama no deserto. Vivemos numa sociedade que tem sido radicalmente secularizada e na qual se presume que o governo civil não é responsável perante Deus e, de fato, tem o direito de existir sem Deus.

Nos Estados Unidos, ouvimos frequentemente a expressão *separação de igreja e estado*, mas deveríamos notar que esta expressão não ocorre nos documentos de fundação do país. Não se acha na *Declaração de Independência*, na *Constituição* ou na *Carta dos Direitos*. Essa noção vem de um comentário feito por Thomas Jefferson sobre os princípios que, cremos, estavam implícitos nos documentos de fundação dos Estados Unidos. Todavia, isso se tornou o único absoluto restante na cultura americana: o princípio absoluto da separação absoluta entre igreja e estado.

Desde o começo do cristianismo, a relação entre igreja e estado tem sido uma questão de grande preocupação. Quando examinamos o Antigo Testamento, vemos que Israel era uma teocracia, um estado que era governado por Deus, por meio de reis ungidos. Embora igreja e estado tivessem certas distinções – incluindo distinções entre o trabalho dos sacerdotes (a igreja) e o trabalho dos reis (o estado) – as duas instituições eram tão intimamente integradas que falar de separação dos dois seria falacioso.

No entanto, quando a comunidade do Novo Testamento foi

estabelecida, a igreja se tornou uma igreja missionária, alcançando várias nações, tribos e povos que eram regidos por governos seculares. Os cristãos tiveram de enfrentar a questão de como deveriam se relacionar com o Império Romano, com os magistrados ou com as autoridades locais, onde quer que a igreja se propagasse. Durante séculos, a igreja tem sentido a necessidade de examinar com cuidado seu papel na sociedade – especialmente quando essa sociedade não adota oficialmente uma cosmovisão cristã. A fim de entendermos a relação entre a igreja e o estado, com base numa perspectiva bíblica, devemos fazer algumas perguntas fundamentais.

Há muitos tipos e estruturas diferentes de governo, mas qual é a essência, o princípio fundamental de governo? A resposta para essa pergunta é uma palavra: *força*. Governo é força – mas não é qualquer tipo de força. É força apoiada por estrutura oficial e legal. O governo é uma estrutura dotada legalmente do direito de usar a força para compelir seus cidadãos a fazerem certas coisas, e não fazerem outras coisas.

Anos atrás, tive um almoço com um senador famoso dos Estados Unidos. Estávamos discutindo algumas das questões envolvidas na Guerra do Vietnã – sendo travada, na época, em meio a grande controvérsia – quando ele disse: "Não creio que qualquer governo tem o direito de forçar seus cidadãos a fazerem o que eles não querem fazer". Quase me afoguei em minha sopa! Eu lhe disse: "Senador, o que o senhor está dizendo é que nenhum governo tem o direito de governar. Se retirarmos a força legal de um governo, este é reduzido a simplesmente fazer sugestões. Mas, não é verdade que, ao promulgarem leis, os governos funcionam como o instrumento que tem o propósito de fazer cumprir as leis que são sancionadas?".

Em última análise, a forma original de governo se fundamenta no governo e autoridade do próprio Deus. Deus é o autor do universo, e com essa autoria vem a autoridade sobre o que ele fez: "Ao SENHOR pertence a terra e tudo o que nela se contém, o mundo e os que nele habitam" (Sl

24.1).

Podemos ver uma forma de governo no relato da criação. Quando Deus criou os seres humanos, ele lhes deu uma missão: "Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra" (Gn 1.28). Adão e Eva deveriam agir como governantes em lugar de Deus, como seus vice-regentes sobre a criação. Deus delegou a Adão e Eva o domínio sobre a terra, para que exercessem autoridade sobre os animais. Não era autoridade sobre pessoas, mas era autoridade sobre a terra, os ambientes e os animais, sobre todas as formas inferiores da criação divina.

Deus também deu a Adão e Eva uma proibição: eles não deveriam comer da árvore do conhecimento do bem e do mal. Deus lhes deu uma advertência nefasta do que aconteceria, se transgredissem a ordem divina: "No dia em que dela comeres, certamente morrerás" (Gn 2.17). Isto significa que as sanções penais seriam impostas pela autoridade de Deus. Quando Adão e Eva desobedeceram o governo de Deus e se rebelaram contra a sua autoridade, não experimentaram imediatamente a morte física, mas, em vez disso, a morte espiritual. A morte física foi postergada até mais tarde, visto que Deus, em sua graciosidade, exerceu misericórdia. Entretanto, uma das punições que ele impôs a estas criaturas rebeldes foi bani-las do jardim do Éden.

Em seguida, vemos uma manifestação do governo terreno no anjo que Deus colocou à entrada do jardim do Éden, com uma espada refulgente. A espada refulgente funcionava como um instrumento de força, para impedir Adão e Eva de retornarem ao paraíso no qual haviam sido colocados.

A próxima questão que devemos considerar é o propósito do governo. Bem cedo na história da igreja, Agostinho fez a observação de que o governo é um mal necessário, porque, neste mundo de criaturas humanas caídas, nunca acharemos um governo moralmente perfeito. Todos os

governos, não importando a estrutura que manifestem, são representantes da humanidade caída, porque governos são constituídos de pessoas pecaminosas. Todos sabemos que o governo humano pode ser corrupto. O pensamento de Agostinho era este: o governo em si mesmo é mau, mas é um mal necessário; é necessário porque o mal precisa ser restringido em nosso mundo. Um meio de realizar esta restrição é o governo humano. À luz disso, Agostinho argumentou que o governo humano não era necessário antes da queda.

Tomás de Aquino discordou de Agostinho, neste ponto. Ele até viu um papel para o governo em administrar a divisão de trabalho que alguém poderia imaginar numa hipotética criação não caída. Tomás de Aquino concordava que o propósito primário do governo era restringir o mal. Tanto para ele quanto para Agostinho, o propósito primário pelo qual o governo fora instituído era exercer restrição do mal humano e preservar a própria possibilidade da existência humana. Portanto, o primeiro dever do governo é proteger as pessoas do mal, bem como preservar e manter a vida humana.

Outro papel que o governo cumpre é proteger a propriedade humana. Muitas pessoas causam mal a outros seres humanos por roubarem, estragarem e destruírem sua propriedade.

Um papel final do governo é regular acordos, sustentar contratos e garantir balanças e pesos justos. O governo deve procurar proteger as pessoas da injustiça da fraude. O açougueiro que coloca ardilosamente seu dedo polegar na balança, juntamente com a carne que ele está pesando, prejudica seu cliente por inflar o custo dos alimentos, por meio de uma prática fraudulenta. O governo é necessário para regular este comportamento por criar pesos, medidas e padrões justos.

Deus criou o governo a fim de proteger a humanidade – mas não apenas a humanidade. O governo deve proteger também o próprio mundo. Quando Adão e Eva foram colocados no magnífico jardim, Deus lhes deu o mandato de cuidar, preparar e cultivar o jardim. Eles sabiam

que não eram chamados a abusar do jardim e arruiná-lo. Portanto, o governo, como manifestação da chamada do homem, por parte de Deus, para ser seu vice-regente, tem o papel de regular o modo como tratamos as criaturas e a criação de Deus – não apenas os seres humanos, mas também os animais e o ambiente em que vivemos.

Essa regulação é uma coisa boa, mas devemos observar que, mesmo em sua forma mais benigna, o governo envolve restrições sobre a liberdade das pessoas. Como cidadãos, nos gloriamos de que vivemos em um país livre, e isso é verdadeiro, relativamente falando; mas nenhuma pessoa, em qualquer país, jamais viveu numa atmosfera de liberdade completa. Cada lei que é decretada, por qualquer corpo legislativo, restringe a liberdade de alguém. Se aprovamos uma lei contra assassinato, estamos colocando restrições na liberdade do criminoso para matar uma pessoa com premeditação maliciosa. É bom que algumas liberdades sejam restringidas – como a liberdade de assassinar – mas outras liberdades não devem ser restringidas. Esta é a razão por que devemos ser excessivamente cuidadosos, toda vez que aprovamos uma lei. Precisamos compreender o que estamos fazendo. Precisamos lembrar que estamos tirando a liberdade de pessoas, e, quanto mais fazemos isso de maneira descuidada, tanto menos liberdade restará, em nossa vida.

Evidentemente, o estado foi instituído por Deus, e precisamos ter governo. Então, a pergunta agora assume esta forma: como devemos, como cristãos, nos relacionar com esse governo? Esta é a pergunta que procuraremos responder no restante deste livro.



Capítulo Dois

Obediência Civil

Obedecer à autoridade é difícil. Ficamos incomodados toda vez que ouvimos alguém dizer: "Você tem de fazer isto. Você precisa de fazer aquilo". Queremos ser capazes de dizer: "Não me diga o que fazer. Quero fazer o que desejo fazer". Queremos que as pessoas nos deem poder e direitos. Odiamos receber ordens. Essa é a nossa natureza.

À luz disto, gosto de falar sobre uma cosmovisão cristã e como ela difere da cosmovisão pagã. Uma maneira de diferençarmos as duas cosmovisões é considerarmos o entendimento de cada cosmovisão quanto à responsabilidade para com a autoridade. Se eu não fosse um cristão, certamente não aceitaria a submissão à autoridade. Mas ser um cristão me faz hesitar antes de me envolver em desobediência ativa para com aqueles que Deus colocou em autoridade sobre mim.

Para entendermos por quê, devemos examinar a explicação do Novo Testamento, quanto à função original do governo instituído por Deus.

Este assunto é abordado claramente pelo apóstolo Paulo, em Romanos 13.

Romanos 13 começa: "Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação" (vv. 1-2). Paulo começa este estudo do governo com um mandamento apostólico para que todos se sujeitem às autoridades governantes. Isto estabelece uma base para a obediência civil cristã.

O ensino de Paulo, em Romanos 13.1-2, não é uma instância isolada no Novo Testamento. Paulo está apenas reiterando aqui o que ele ensina em outras passagens, o que é também ensinado por Pedro em suas epístolas – e pelo nosso Senhor mesmo – que há uma obrigação fundamental de o cristão ser modelo de obediência civil.

No momento, quero que percebamos que, em Romanos 13, Paulo está montando o palco para explicar por quê o cristão deve ser particularmente escrupuloso e sensível na obediência civil. Paulo começa a apresentar seu argumento por dizer: "Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores". Por quê? Porque não há autoridade que não proceda de Deus". Pedro afirma isto de outra maneira. Ele nos diz que nos submetamos às autoridades terrenas por causa do Senhor (1 Pe 2.13). Isso significa que, se não mostro nenhum respeito para com uma pessoa que Deus colocou como autoridade entre mim e ele mesmo, meu desrespeito vai além dessa pessoa e chega até Deus, como aquele que dá autoridade.

O conceito bíblico de autoridade é hierárquico. No topo da hierarquia, está Deus. Toda autoridade reside nele. E não há autoridade investida em qualquer instituição ou em qualquer pessoa, senão pela delegação de tal autoridade por parte de Deus. Qualquer autoridade que eu tenha, em alguma área de minha vida, é autoridade derivada, designada, delegada.

Não é intrínseca, mas extrínseca. É dada por Aquele que possui autoridade inerente.

Dentro desta estrutura hierárquica, Deus, o Pai, dá toda a autoridade no céu e na terra a Cristo, seu Filho (Mt 28.18). Deus entronizou a Cristo como Rei dos reis. Portanto, se Cristo é o primeiro-ministro do universo, isso significa que todos os reis deste mundo têm um Rei que reina sobre eles, e que todos os senhores terrenos têm um Senhor superior a quem eles devem prestar contas. Sabemos que há vastas multidões de pessoas neste mundo que não reconhecem Cristo como o seu Rei, e, visto que o reino de Cristo é invisível agora, elas dizem: "Onde está este rei? Não vejo nenhum rei reinando". À luz disto, a tarefa da igreja é de proporções políticas cósmicas.

Em Atos 1.8, Jesus deu uma ordem a seus discípulos: "E sereis minhas testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria, e até aos confins da terra". Eles deveriam ser *testemunhas*, mas testemunhas do quê? O contexto imediato deste versículo é uma discussão sobre o reino. Jesus ia para o céu, mas disse: "Em minha ausência, vocês darão testemunho da verdade transcendente e sobrenatural de minha ascensão". Esta é a razão por que a nossa primeira lealdade como cristãos tem de ser ao nosso Rei celestial. Somos chamados a respeitar, honrar, orar por e estar em submissão a nossas autoridades terrenas, mas, no momento em que exaltamos a autoridade terrena acima da autoridade de Cristo, pecamos e cometemos traição contra o Rei dos reis. Sua autoridade é superior à autoridade do presidente dos Estados Unidos, ou do Brasil, ou do rei da Espanha, ou de qualquer governante em qualquer outro lugar.

Se você não gosta do presidente do seu país, lembre-se de que Aquele que deu o voto decisivo na eleição presidencial foi o Deus todo-poderoso. É claro que Deus não sanciona ou endossa tudo que o presidente faz; nem outorga a autoridade ao presidente e lhe diz: "Vá em frente e governe estas pessoas como você quiser". Todo rei está sujeito às leis de Deus e será julgado de acordo com elas. Pode acontecer que o governante seja

totalmente ímpio, mas, por razões que somente Deus conhece, ele coloca tal governante na posição de autoridade.

Obviamente, isto suscita a pergunta: é lícito rebelar-nos contra o governo designado? Consideraremos esta pergunta no capítulo 6, mas, por enquanto, devemos notar que precisamos nos guardar de envolver-nos em desobediência civil ilícita, sem justa causa. Nosso mundo caído é acossado pelo mal, visto especialmente em iniquidade. O arqui-inimigo da fé cristã é descrito como "o homem da iniquidade" (2 Ts 2.3). Foi iniquidade – o pecado de Adão e Eva – que mergulhou o mundo em ruína. Eles não quiseram se submeter ao governo e reino de Deus. Esta é a razão por que digo que o pecado é uma questão política – não no sentido da política moderna, mas no sentido de que Deus é o governante supremo de nossa vida. Toda vez que eu peco, participo da revolta contra o governo perfeito de Deus.

Paulo continua em Romanos 13: "De modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação" (v. 2). Obviamente, Paulo está falando sobre resistência ilícita aos poderes que existem. No relato do Antigo Testamento sobre o conflito entre Saul e Davi, vemos Davi como um homem que não queria resistir ilicitamente às estruturas de autoridade de Deus. Ele teve várias oportunidades para matar Saul, mas se recusou a levantar sua mão contra ele. Embora Saul fosse bastante mau, Davi sabia que ele era o rei ungido de Deus.

Quando eu estava no seminário, tive professores que negavam radicalmente as verdades centrais do cristianismo, coisas como a expiação, a deidade de Cristo e a ressurreição de Jesus. Eles não tinham bases apropriadas para serem professores em um seminário teológico; e eu não os apreciava espiritualmente. Mas acreditava que era meu dever, naquela classe, tratá-los com respeito. Embora fossem infiéis, estavam na posição de autoridade, e eu não. Isso não significava que eu tinha de acreditar em

tudo que eles ensinavam ou de acreditar servilmente no ensino deles, mas, com base na perspectiva de Deus, eu lhes devia respeito.

É importante notarmos que Pedro e Paulo não falam das autoridades que deveriam ser obedecidas como sendo, necessariamente, autoridades piedosas. Mas afirmam, de fato, que Deus as instituiu. Deus levanta governos e os derruba. O Antigo Testamento está cheio de incidentes (como aquele registrado no livro de Habacuque) nos quais pessoas são rebeldes contra Deus, e Deus as pune por lhes dar governantes ímpios, que as fazem sofrer em opressão e dor, até que se arrependam.

Deus, como a autoridade suprema, delega a autoridade para o governo deste mundo ao seu Filho, Jesus Cristo. Então, sob a autoridade de Cristo, temos reis, pais, professores de escolas e todos os demais que estão em autoridade. Portanto, se eu sou desobediente a qualquer autoridade que Deus instituiu, sou desobediente a ele mesmo. Isso é o que Pedro quer dizer quando fala: "Sujeitai-vos a toda instituição humana por causa do Senhor" (1 Pe 2.13). Somos obedientes a instituições humanas como um meio de darmos testemunho do trono supremo de autoridade cósmica.



Capítulo Três

A Espada e as Chaves

Os reformadores protestantes acreditavam que os magistrados ou oficiais civis não podiam assumir, para si mesmos, a ministração da Palavra de Deus e das ordenanças, que são deveres essenciais da igreja. Mesmo em Israel, uma nação teocrática, havia uma distinção entre o papel do sacerdote e o papel do rei.

No Antigo Testamento, houve poucos reis, em Israel e Judá, que foram até remotamente piedosos, entre os quais podemos citar Ezequias, Josias e Davi. Mas um dos grandes reis do Antigo Testamento foi Uzias. Durante seu reino de mais de 50 anos, ele realizou reformas e foi um homem comprometido com a piedade. Entretanto, sua história é uma das mais trágicas no Antigo Testamento. Apesar de suas obras justas, ele morreu em vergonha, havendo sido removido do trono por Deus. Em seu reinado, como numa tragédia de Shakespeare, Uzias cometeu um erro fatal.

O que ele fez? Foi ao templo e tomou para si mesmo a autoridade de realizar os sacrifícios. Em outras palavras, sob a autoridade da coroa, ele usurpou o papel do sacerdote, e, por isso, Deus o acometeu de lepra e o deixou morrer em desgraça e vergonha. Vemos, assim, que a confusão dos papeis do estado e da igreja remonta ao antigo Israel, onde o estado ou, mais especificamente, o rei, tomou para si mesmo, a autoridade de controlar as coisas dadas especificamente à igreja.

Para entendermos a separação bíblica destas duas instituições, devemos lembrar que tanto a igreja como o estado são ordenados por Deus. Em Romanos 13, o apóstolo Paulo afirma que a função primária do estado é proteger seus cidadãos do mal. Durante a Reforma, Martinho Lutero fez uma distinção entre os dois reinos: o reino do estado e o reino da igreja. Mas, nos tempos da Idade Média e da Reforma, a distinção entre a igreja e o estado era frequentemente confundida, tendo o estado autoridade significativa nos negócios da igreja. Neste capítulo, consideraremos estas influências em relação a um estado democrático, mas primeiramente vamos explorar melhor Romanos 13.

No capítulo anterior, consideramos a afirmação de Paulo: "Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação" (Rm 13.1-2). Com estas palavras fortes, Paulo estava instruindo os cristãos a respeito de sua responsabilidade de obedecer ao governo romano, apesar do fato de que Roma era um regime extremamente opressor. Ele prossegue e diz:

> Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é

> ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal. É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência. Por esse motivo, também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço (vv. 3-6).

Parece haver certo nível de idealismo aqui. O apóstolo Paulo não era ignorante de que governos humanos podem se tornar consideravelmente corruptos e perpetrar atos de injustiça cruéis. Todavia, apesar disso, ele apresenta o papel do governo civil como instituído por Deus. O governo deve servir como um instrumento, nas mãos de Deus, para promover justiça e punir o mal. Portanto, os conceitos duplos de lei e governo estão entrelaçados neste texto.

É a função do governo decretar leis, e essas leis são idealizadas para promover a justiça. Deus nunca dá ao estado o direito de fazer o que é errado. O estado não exerce sua autoridade com autonomia, como uma lei para si mesmo, mas é sujeito ao governo supremo de Deus. Por esta razão, o estado é considerado responsável, por Deus, pela promoção da justiça. O espírito do que Paulo diz é: "Vocês não devem viver em temor dos magistrados civis, porque, se estão fazendo o que é certo, receberão louvor da parte deles. Vocês precisam temer o governo somente quando são transgressores. Se estão envolvidos em impiedade, então, vocês têm algo a temer da parte do governo".

É claro que isto pressupõe que os magistrados civis estão funcionando de maneira justa. No entanto, sabemos que há governos que apoiarão, endossarão e sustentarão práticas e princípios maus. Historicamente, têm havido muitas nações que oprimem a bondade e, por causa disso, fazem o justo sofrer. Todavia, em Romanos 13, Paulo não está descrevendo todos os governos, e sim o propósito do governo civil e suas responsabilidades diante de Deus.

Para ajudar-nos em nosso entendimento da função do estado, Paulo

nos ensina que os magistrados civis não possuem a espada em vão. O poder da espada representa o direito do estado para usar a força, a fim de fazer seus cidadãos cumprirem a lei. Esta é a razão por que Deus arma os oficiais do estado. O primeiro exemplo disto foi o anjo com uma espada refulgente, que Deus colocou à entrada do jardim do Éden para executar o banimento de Adão e Eva imposto por Deus. De maneira semelhante, através da história, Deus tem dado a espada aos magistrados civis.

Uma coisa importante que devemos notar é que o poder da espada não é dado à igreja. A missão da igreja não se move em direção à coerção ou ao conflito militar. O emblema do cristianismo é a cruz. Por contraste, o emblema do islã é a cimitarra ou a espada. No islã há uma agenda de conquista dada às autoridades religiosas, mas no cristianismo a igreja não recebe o poder da espada. O poder da espada é outorgado apenas ao estado.

O fato de que o estado possui o poder da espada é o fundamento bíblico para o ponto de vista cristão clássico da teoria de guerra justa. Adeptos desta teoria diriam que todas as guerras são más e que, apesar disso, nem todo envolvimento de alguém na guerra é mau. Por exemplo, o uso da espada para proteger os cidadãos de uma invasão agressiva de uma nação hostil é justo. Neste ponto de vista, um ataque agressivo a nações inocentes seria uma violação do uso que o estado faz da espada. Um exemplo perfeito de um uso injusto da espada é a invasão da Alemanha à Polônia e às nações vizinhas, na Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, de acordo com a teoria de guerra justa, as nações invadidas estavam certas em usar a espada para repelir os invasores. O objetivo aqui não é examinar todas as ramificações da guerra e sim demonstrar que este texto tem pertinência ao assunto da guerra, visto que Paulo fala sobre o fato de que Deus outorga o poder da espada ao magistrado civil.

Tem, igualmente, pertinência ao assunto controverso da pena capital. Deus outorga esse poder da espada ao estado não apenas para ela ficar guardada na bainha, mas para manter a justiça e defender os inocentes e

os fracos dos poderosos e culpados.

É importante que entendamos o fato de que este poder não é dado à igreja. A esfera de autoridade e influência da igreja é espiritual. Este é o poder ministerial, bem diferente do poder da espada. O ditado "a caneta é mais poderosa do que a espada" fala de um poder maior do que a força física. De modo semelhante, à igreja não foi dado o poder da espada como um meio de propagar o reino de Deus, mas, em vez disso, o poder da Palavra, o poder do serviço, o poder de imitar a Cristo, que não veio com uma espada.

Por outro lado, há um poder que é dado somente à igreja e não ao estado. A Confissão de Fé de Westminster expõe este fato no capítulo 23.3: "Os magistrados civis não podem tomar para si mesmos a administração da palavra e dos sacramentos ou o poder das chaves do reino do céu, nem intervir, de modo algum, em questões de fé". Esta proibição coloca certa autoridade nas mãos apenas da igreja. Esta autoridade é chamada "o poder das chaves". Jesus disse aos seus discípulos: "Dar-te-ei as chaves do reino dos céus; o que ligares na terra terá sido ligado nos céus; e o que desligares na terra terá sido desligado nos céus" (Mt 16.19). Jesus deu as chaves do reino à igreja e não ao estado. Como resultado, questões de disciplina eclesiástica não são negócio do estado.

Nos Estados Unidos, em anos recentes, houve ocasiões em que igrejas disciplinaram membros, e o membro disciplinado tentou apelar a uma corte civil quanto à decisão eclesiástica. Infelizmente, também houve casos em que a corte civil anulou a decisão da igreja de excomungar o pecador impenitente. Esta é uma usurpação clara da função eclesiástica pelo magistrado civil.

Nos Estados Unidos, a Primeira Emenda garante à igreja o direito de livre exercício da religião sem a interferência do magistrado civil. Todavia, quando o magistrado assume o poder das chaves, ele não somente desafia

a Primeira Emenda, mas, acima disso, desafia a Deus.

A Confissão de Fé de Westminster prossegue: "Contudo, como pais cuidadosos, é dever dos magistrados civis proteger a igreja do nosso comum Senhor, sem dar preferência a qualquer denominação de cristãos sobre as demais, para que todos os eclesiásticos gozem liberdade plena, livre e incontestável de cumprir todas as partes das suas sagradas funções, sem violência ou perigo" (23.3). A necessidade de uma divisão clara de labor entre a igreja e o estado foi um princípio que emergiu da Reforma Protestante. A igreja foi chamada a orar em favor do estado e a apoiar o estado. O estado foi chamado a garantir a liberdade da igreja e a proteger a igreja daqueles que procurariam destruí-la. Não deveria haver favoritismo para qualquer denominação ou grupo de crentes específicos. Isto é a raiz do princípio de separação de igreja e estado.

Continuando, a Confissão de Westminster diz: "Como Jesus Cristo constituiu um governo regular e disciplina em sua igreja, nenhuma lei de qualquer estado deve interferir, impedir ou embaraçar o devido exercício entre os membros voluntários de *qualquer* denominação de cristãos, de acordo com sua confissão e crença" (23.3, ênfase original). As igrejas devem ter cortes, e as cortes das igrejas devem funcionar sem interferência da corte civil.

À medida que lutamos com o assunto da relação entre igreja e estado, é difícil permanecermos objetivos. Todos somos produtos de nossos contextos individuais. Como cristãos, precisamos formar nossos pontos de vista com base na Palavra de Deus, para que tenhamos um entendimento claro de como a igreja deve funcionar, qual é a sua missão e como essa missão difere do papel do governo.

A igreja é chamada a ser um crítico do estado, quando este falha em obedecer ao seu mandato debaixo da autoridade de Deus. Por exemplo, na controvérsia sobre o aborto, quando a igreja é crítica do estado com respeito à ideia do aborto, as pessoas ficam zangadas e dizem: "a igreja está tentando impor sua agenda ao estado". No entanto, a razão primária

para a existência do governo é proteger, manter e apoiar a vida humana. Quando a igreja reclama sobre as leis de aborto, ela não está pedindo ao estado que seja igreja. Está apenas pedindo ao estado que cumpra seu trabalho ordenado por Deus.



Capítulo Quatro

Religião Estabelecida

Uma das palavras mais longas da língua inglesa é *antidisestablishmentarianism* ("antidesestabelecimentarianismo"). No entanto, esta palavra não é meramente um pouco de trivialidade; é a chave para o entendimento da relação entre estado e igreja.

Vamos considerar o que esta palavra significa. É um duplo negativo. Ela se refere ao ponto de vista que é contrário ao *desestabelecimentarianismo*, que, por sua vez, é contrário ao *estabelecimentarianismo*. O estabelecimentarianismo existe quando uma igreja é sustentada por impostos do estado e tem direitos exclusivos sobre seus competidores. Essa igreja, chamada igreja *estabelecida*, desfruta do favor e proteção particulares do governo; exemplos históricos incluem a Igreja Anglicana, na Inglaterra, a Igreja Luterana, na Alemanha, e a Igreja Reformada, na Escócia, ou a Igreja Luterana da Suécia. Os *desestabelecimentarianos* acreditam que o *estabelecimentarianismo* deve ser repudiado. O

antidesestabelecimentarianismo – o duplo negativo torna-o positivo – significa que o indivíduo se opõe ao desestabelecimento da igreja. Este ponto de vista se mostra favorável a uma igreja estabelecida.

Se você considerar a história americana, poderá entender rapidamente por que os Estados Unidos não têm uma igreja estatal estabelecida. Era costumeiro, na Europa do séculos XVI e XVII, ter uma igreja estabelecida. Os países eram oficialmente católicos romanos ou alguma forma de protestante. A Inglaterra se tornou protestante sob o reinado de Henrique VIII, no século XVI. Henrique desejava obter um divórcio e o Papa não o permitia. Por isso, Henrique declarou a si mesmo livre da autoridade da Igreja Católica Romana. Quando ele declarou a si mesmo, e a seu país, livres da autoridade de Roma, ele deu a si mesmo o título de *defensor fide* ou "defensor da fé". A coroa foi, então, vista como soberana não somente no âmbito civil, mas também nas questões eclesiásticas.

Apesar de separar-se da Igreja Católica Romana, Henrique não era protestante em sua perspectiva teológica. Quando ele morreu, foi sucedido por Edward VI. Este era conscientemente protestante e procurou levar a Igreja da Inglaterra a um entendimento de cristianismo plenamente reformado e protestante. Mas seu reino foi muito curto, e, quando ele morreu em idade precoce, foi sucedido por sua irmã Maria.

A rainha Maria Tudor é melhor conhecida como Maria, a Sanguinária. Ela recebeu este título porque procurou levar a Inglaterra de volta à Igreja Católica Romana, por meio de um extensivo programa de perseguição contra os protestantes. Isto resultou nos muitos martírios da Reforma Inglesa. Muitos foram queimados na fogueira, por meio dos decretos de Maria, a Sanguinária. Inúmeros líderes do movimento de Reforma Protestante Inglesa fugiram para o exílio, frequentemente na Alemanha ou Suíça. A Bíblia de Genebra foi escrita por exilados ingleses na Suíça, em meados do século XVI, durante o reinado de Maria, a Sanguinária. Esta foi a Bíblia em inglês que predominou por cem anos.

Quando Maria saiu de cena, sua meia-irmã, Elizabeth, a substituiu. A rainha Elizabeth I tornou-se conhecida como *Boa Rainha Bess* ou a *Rainha Virgem*. Ela restaurou a Inglaterra ao protestantismo e favoreceu o retorno de exilados que haviam fugido da perseguição realizada por sua irmã, Maria. Às vezes, pensamos em Elizabeth como a rainha benigna e compassiva que pôs fim a perseguições sangrentas. Isto não é verdade. Alguém poderia imaginar que ela devia ter feito dos católicos romanos o alvo de sua perseguição, mas isso não foi o que aconteceu. Pelo contrário, ela realizou uma campanha extensa de perseguição contra certos protestantes dentro de seu reino. Estes protestantes eram chamados não conformistas, porque não eram satisfeitos com a estabelecida Igreja da Inglaterra.

Os não conformistas acreditavam que a Igreja Anglicana, sob o reinado de Elizabeth, não era suficientemente reformada e ainda retinha muitas práticas reminiscentes do estilo católico romano de culto. Elementos de estilo incluíam os rituais da Ceia do Senhor e as vestes dos sacerdotes. Além disso, os não conformistas protestavam contra a exigência de vestir a sobrepeliz branca do sacerdócio durante a celebração do culto. Eles acreditavam que isto era rejeitável porque confundia o povo comum, que viam estas vestes como um símbolo do catolicismo romano, que eles rejeitavam. Apesar disso, a rainha Elizabeth aprovou uma lei exigindo que os não conformistas vestissem a sobrepeliz. Como resultado, muitos ministros da Igreja da Inglaterra resistiram e foram removidos de suas posições. Alguns foram lançados em prisão e alguns foram executados pela rainha. Estes não conformistas se tornaram conhecidos pelo nome pejorativo de *Puritanos*.

Estes puritanos procuraram alívio da perseguição por irem para outros países, a fim de acharem refúgio. Muitos fugiram para a Holanda, e muitos outros foram para os Estados Unidos. Como resultado, lugares como a Nova Inglaterra e Virgínia têm um forte legado de desgosto por

interferência do governo em questões eclesiásticas. Mas as pessoas foram para a América oriundos não somente da Inglaterra, mas também de outros países da Europa, tanto países protestantes quanto países católicos. Nesse tempo da história, os protestantes estavam perseguindo católicos, e católicos estavam perseguindo protestantes.

À luz deste contexto cultural, é fácil percebermos por que os Estados Unidos foram fundados como um lugar onde reinaria a liberdade e tolerância religiosas. Este é o princípio do não estabelecimentarianismo. Declara que não haverá nenhuma igreja estatal. Foi idealizado para proteger os direitos de pessoas religiosas praticarem sua religião, sem interferência e sem preconceito por parte do magistrado civil. Portanto, é fácil entendermos por que a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos garante o livre exercício da religião. Protestantes tinham de viver em paz com católicos, e católicos, com protestantes. Pessoas de todas as religiões – quer fossem judeus, muçulmanos, hindus, budistas ou cristãos – foram igualmente tolerados sob a autoridade da lei.

Uma das consequências mais infelizes deste princípio fundamental é a suposição comum de que todas as religiões são não somente toleradas, mas também verdadeiras e válidas. No entanto, o governo não tem nenhum direito de fazer estas afirmações. A lei não declara quem é certo e quem é errado. Tudo que ela diz é que tais disputas não devem ser tratadas na arena civil. Em vez disso, elas são questões religiosas e eclesiásticas e devem permanecer fora do escopo e da esfera do governo civil.

Os cristãos precisam ser muito cuidadosos quanto a tentarem persuadir o magistrado civil a adotar a agenda deles. Os Estados Unidos são uma nação na qual se espera que sejamos comprometidos com o princípio de separação e divisão de labores.

Por outro lado, na cultura contemporânea, a separação de igreja e estado chegou a significar que o governo governa sem levar Deus em consideração. Essa não é a maneira como esta nação foi fundada.

Certamente, não creio que este país foi fundado por um corpo estritamente cristão. Creio que o Mayflower, do século XVII, era estritamente cristão, mas não a Constituição ou a Declaração de Independência. Houve cristãos e não cristãos envolvidos, mas ela era claramente teísta. Ou seja, os Estados Unidos foram fundados sobre o princípio de que tanto o estado quanto a igreja estavam sob o governo de Deus. Mas, hoje, odiamos o conceito de que somos responsáveis para com Deus. Queremos ter um governo que é livre da nódoa moral de teísmo. Essa não era a intenção original da Primeira Emenda ou dos artigos originais que estabeleceram nossa nação.

Nossos antepassados procuraram manter o estado fora das questões religiosas, mas, hoje, a coisa que eles queriam evitar está acontecendo. Há muitos exemplos de intromissão do estado na vida da igreja. Está acontecendo de maneiras bem sutis, mas está acontecendo. Acontece com leis de zoneamento e acontece com restrições impostas aos prédios de igreja e restrições sobre quão grande eles podem ser ou sobre quão alto podem ser os seus campanários. Está acontecendo em referência ao casamento homossexual e se as igrejas têm o direito de recusar cultos de casamento para casais homossexuais. Além disso, tem-se pedido a empregadores que paguem para seus empregados convênio médico que inclua cobertura de aborto.

Creio que ainda veremos mais e mais destas colisões entre o estado secular e a igreja, à medida que avançamos para o futuro. A história mundial está cheia de exemplos de governos que oprimiram a igreja de Cristo. Não devemos ficar surpresos, de modo algum. Devemos resistir onde pudermos, mas também devemos descansar na soberania de Deus. Ele edificará sua igreja, e seu reino é eterno.

É fácil considerarmos normais as liberdades que temos nos Estados Unidos. Mas deveríamos lembrar prontamente o preço que foi pago por essas liberdades. Lembremos as circunstâncias históricas de nossos

antepassados, que fugiram dos piores tipos de perseguição das mãos de governos civis. Porque algumas pessoas não quiseram aceitar a igreja estabelecida, o estado usou a espada para impor ao povo um credo específico. Isso era evidentemente errado. Era errado para eles, e seria errado para nós, se tentássemos a mesma coisa.

O reino de Deus não é edificado por um decreto da parte de um imperador ou pela força de um exército. É edificado por um único meio: a proclamação do evangelho. Este é o poder que Deus ordenou para edificar a sua igreja – não o poder da espada – e, como cristãos, continuaremos a colocar nossa esperança neste poder e somente neste poder.



Capítulo Cinco

Um Instrumento de Mal

Os cristãos têm, às vezes, a tendência de misturar sua devoção religiosa com um estilo de superpatriotismo. Alguns cobrem a bandeira nacional com a bandeira de Cristo, supondo que Deus está sempre do nosso lado. Entretanto, não importando onde vivamos, nossa primeira lealdade é ao nosso Rei e ao reino celestial ao qual pertencemos. E, além disso, temos de entender que, seja Alemanha, Babilônia, Roma, Brasília ou Estados Unidos, qualquer governo pode ser corrompido.

Enquanto prosseguimos em nosso estudo da relação entre a igreja e o estado, devemos considerar um aspecto dessa relação que é ignorado e, de algum modo, difícil de compreender. Efésios 6.10 é uma passagem familiar para muitos de nós, mas poucos a aplicam à relação entre igreja e estado. Paulo escreve:

Quanto ao mais, sede fortalecidos no Senhor e na força do seu poder. Revesti-

> vos de toda a armadura de Deus, para poderdes ficar firmes contra as ciladas do diabo; porque a nossa luta não é contra o sangue e a carne, e sim contra os principados e potestades, contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais do mal, nas regiões celestes. Portanto, tomai toda a armadura de Deus, para que possais resistir no dia mau e, depois de terdes vencido tudo, permanecer inabaláveis (Ef 6.10-13).

Esta passagem famosa, referente à armadura de Deus, nos foi dada pelo apóstolo Paulo para encorajar os cristãos a permanecerem firmes contra a astúcia de Satanás. Isto talvez pareça estranho hoje, visto que pouca atenção é dada à esfera dos poderes satânicos. Hoje é comum repelirmos completamente Satanás de nossa consciência.

No entanto, para Paulo, a esfera dos poderes satânicos era muito real. Quando ele fala sobre vestirmos a armadura de Deus, está nos instruindo a ficarmos cingidos para a batalha espiritual. Não é uma batalha contra a carne e o sangue, é uma batalha contra forças espirituais. Paulo as identifica como principados e potestades e como forças espirituais do mal nas regiões celestes. Ele está dizendo que devemos nos equipar para engajarmo-nos no conflito espiritual que envolve os dominadores de algum tipo de reino espiritual invisível.

No Novo Testamento, o poder, a opressão e a tirania de Roma são um tema recorrente. Por exemplo, muito da visão escatológica no livro de Apocalipse foi escrito para pessoas que esperavam perseguição da parte dos romanos. A maioria dos cristãos pensa que a besta descrita em Apocalipse se refere a algum tipo de futuro governante terreno. Mas há também eruditos sérios que pensam que a besta tem uma referência primária a Nero. Ele era a encarnação da impiedade na história romana, e seu apelido no império romano era, muito estranhamente, "a Besta". Embora seja debatido se ele era a pessoa especificamente em vista, no livro de Apocalipse, quero demonstrar que governos humanos podem se tornar instrumentos dos principados e potestades que desencadeiam todos

os tipos de males no mundo.

A história recente tem fornecido vários exemplos dolorosos da demonização do estado. A Segunda Guerra Mundial oferece uma visão nítida de uma forma sem precedente de comportamento desumano, no Terceiro Reich de Hitler. O regime nazista de Hitler assassinou milhões de pessoas, e ele foi seguido pelos regimes ateístas de Joseph Stalin, na União Soviética, de Mao Tse-Tung, na China, e do Khmer Vermelho de Pol Pot. Como os governantes podem se tornar tão corruptos que chegam a ser, de fato, instrumentos nas mãos de poderes satânicos? Primeiramente, já estabelecemos que a função primária do governo, conforme ordenado por Deus, é proteger, sustentar e manter a santidade da vida humana. Quando governos se envolvem em genocídio, como vimos na Alemanha, na Rússia soviética ou no Iraque, esses governantes se tornam servos do Inimigo, porque destroem a vida humana sem uma causa justa.

Um exemplo do fracasso do estado em proteger a santidade da vida humana é o flagelo moderno do aborto sob demanda. Centenas de milhares de bebês não nascidos são aniquilados sob a aprovação do governo a cada ano. Quando a igreja protesta contra essa injustiça, ela não está tentando se intrometer nos domínios do estado. Está apenas lembrando ao estado que sua função primária é proteger a vida. Qualquer governo que aprova a destruição da vida fracassa em seu mandato divino de governar.

Em segundo, governos são instituídos para proteger a propriedade privada. Dois dos Dez Mandamentos protegem, especificamente, os direitos de indivíduos à propriedade que possuem. Quando a propriedade privada não é protegida por, ou é confiscada pelo governo, este abusa de seu direito de governar por usar seu poder para legalizar o roubo de propriedade privada. Por exemplo, no Antigo Testamento, quando o rei Acabe confiscou a vinha de Nabote, o profeta Elias pronunciou o julgamento de Deus sobre ele.

Lembre a advertência que foi dada ao povo de Israel, quando

desejaram ter um rei como as outras nações. Não queriam que Deus fosse o seu rei; queriam reis que poderiam ver com os próprios olhos. Deus os advertiu de que este rei guerrearia e tomaria os filhos deles para seu exército. O rei tomaria os cavalos e campos deles e lhes confiscaria as propriedades. Ele os sobrecarregaria com tributação injusta (1 Sm 8.10-18). Isso foi exatamente o que o rei deles fez; é também o que os governantes têm feito no decorrer da história mundial.

Como vemos em Romanos 13, Deus outorga aos governos um direito legítimo de cobrar impostos do seu povo para as necessidades do governo, e os cristãos são chamados a pagar seus impostos. Todavia, governos podem se tornar gananciosos e injustos em seu programa de tributação por sancionarem leis tributárias que são, em essência, confiscação.

Um dos palestrantes, numa convenção política, discursou sobre o sonho de redistribuição de riqueza. Este é o sonho socialista que diz que deveríamos dividir a riqueza do país a fim de que tenhamos todos confortavelmente na classe média. Tudo isto é feito em nome da igualdade econômica. Você tira daqueles que têm mais e dá àqueles que têm menos. De cada um, de acordo com sua habilidade; para cada um, de acordo com sua necessidade. Num ambiente de sala de aula, isso seria como pegar alguém que obtivera um A e alguém que obtivera um D e, depois, dar a ambos um C, bem como para o restante da classe. Não importaria o desempenho deles no teste, quão bem haviam estudado ou como haviam se preparado e se esforçado. Todos receberiam a mesma nota. Hipoteticamente, isso é igualdade. Mas não é. Igualdade não é a mesma coisa que equidade; e este tipo de política distributiva viola o próprio papel que Deus confiou ao governo, ou seja, proteger a propriedade privada do povo.

Quando governos tomam as propriedades de seu povo, tentam justificar isso por apelarem a algum alvo ou destino mais elevado. Mas ninguém tem o direito de fazer o que é errado, ainda que esteja apelando a

um bem maior. Por exemplo, se tomo algo de você e o dou a outra pessoa, isso ainda é roubo, embora eu o faça com o voto que recebi. Chamamos isso de direito. Mas eu não tenho direito à sua propriedade, nem tenho direito a roubá-la de você. Não importa quais são as minhas intenções ou se o meu roubo é limitado a tomar dos ricos. Contudo, em nossa cultura, considera-se aceitável o tomar dos ricos porque "eles podem arcar com isso".

Como cristãos, é importante que não pratiquemos este tipo de atividade política. Não queremos nos tornar parte de um sistema em que alguém pode usar o voto para enriquecer a si mesmo, por seus próprios interesses. Infelizmente, no campo da política, grupos de interesse especialmente dedicados à redistribuição de riqueza são tolerados e bem recebidos na capital da nação. Como vimos na Palavra de Deus, somos proibidos de usar influência política para tirar dos outros a fim de enriquecer a nós mesmos. Como resultado, não devemos participar de roubo sancionado pelo governo.



Capítulo Seis

Desobediência Civil

Uma lição maravilhosa sobre a responsabilidade do cristão perante o estado pode ser achada numa passagem surpreendente da Bíblia.

Talvez você já conheça bem a história de Natal, registrada em Lucas 2. A história começa por mencionar um decreto de César Augusto. Como parte de seu programa de tributação, César ordenou que cada pessoa voltasse à sua cidade natal, para que fosse contada em um censo. Como resultado, as pessoas ficaram sujeitas a todos os tipos de dificuldades. Muitos tiveram de fazer viagens árduas, a fim de atender à demanda de César por imposto. Eles não estavam voltando às suas origens por causa de férias, mas, em vez disso, por se manterem em submissão à autoridade governante.

Por causa desse decreto, José e Maria empreenderam a longa viagem desde Nazaré, na Galileia, até Belém. José poderia ter protestado, dizendo: "Espere um momento. Minha esposa está grávida de nove meses, e, se eu

sujeitá-la a esta viagem até Belém, a fim de atender ao censo, poderei perder a esposa e o bebê não nascido". Ele poderia ter elaborado um grande argumento em favor da injustiça da lei e poderia, simplesmente, ter se recusado a obedecer-lhe.

Mas não foi isso que ele fez. José arriscou a vida de sua esposa e a do bebê para ficar em conformidade com a lei, embora a lei fosse um grande inconveniente para eles.

O exemplo de José levanta uma questão importante – a da desobediência civil. Há um tempo em que é legítimo a igreja e o cristão agirem em desafio ao estado? Esta tem sido uma questão bastante controversa. As questões são bastante complexas, e há muita discordância entre teólogos e especialistas em ética cristã, no que diz respeito à desobediência civil.

Quando Paulo escreveu: "Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores" (Rm 13.1), estava escrevendo para pessoas que sofriam sob a opressão do governo romano. Todavia, Paulo ensinou aos crentes em Roma que fossem bons súditos do império, pagassem seus impostos, honrassem as autoridades que estavam sobre eles e orassem regularmente em favor daqueles que estavam em posições de poder e autoridade (v. 7).

A Confissão de Fé de Westminster diz: "É dever do povo orar pelos magistrados, honrar suas pessoas, pagar-lhes tributos e outros deveres, obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se à sua autoridade, por causa da consciência. Infidelidade ou indiferença de religião não anula a autoridade justa e legal dos magistrados, nem isenta o povo da obediência que lhes deve" (23.4). Isto significa que, se o estado é irreligioso e difere de nós em relação às nossas convicções religiosas, não estamos livres de nossa responsabilidade de honrá-lo como governo. Continuamos a orar em favor de nossos oficiais de governo e a pagar impostos. Esta é a nossa chamada, ainda que discordemos a respeito de como somos tributados e como a carga tributária é gasta pelo governo.

Portanto, o primeiro princípio é *obediência* civil. O princípio de obediência civil é que somos chamados a ficar em submissão às autoridades que governam sobre nós – e não somente quando concordamos com elas. De fato, os cristãos são chamados a serem cidadãos exemplares.

Esta foi a defesa dos apologistas cristãos dos séculos I e II, quando a perseguição no Império Romano se levantou contra eles. Por exemplo, Justino Mártir defendeu a si mesmo e a outros perante o imperador Antônio Pio, por dizer que os cristãos eram os cidadãos mais leais do império, ordenados pelo Rei Jesus a honrarem o imperador. Justino entendia a ética da obediência civil que está profundamente alicerçada no Novo Testamento. De fato, a ética é repetida tão frequentemente na Escritura, que poderíamos facilmente chegar à conclusão de que devemos sempre obedecer aos magistrados civis. Como veremos, isto não é verdade, mas a ênfase predominante na Escritura é a de que os cristãos devem procurar ser obedientes ao governo, sempre que for possível.

Isto significa que devemos obedecer sempre? Absolutamente, não. Há ocasiões em que os cristãos são livres para desobedecer o magistrado, mas há também ocasiões em que *temos de* desobedecer o magistrado civil. Considere um episódio do livro de Atos, quando Pedro e João foram levados perante o Sinédrio, as autoridades dos judeus, depois de curarem um homem aleijado:

> Ao verem a intrepidez de Pedro e João, sabendo que eram homens iletrados e incultos, admiraram-se; e reconheceram que haviam eles estado com Jesus. Vendo com eles o homem que fora curado, nada tinham que dizer em contrário. E, mandando-os sair do Sinédrio, consultavam entre si, dizendo: Que faremos com estes homens? Pois, na verdade, é manifesto a todos os habitantes de Jerusalém que um sinal notório foi feito por eles, e não o podemos negar; mas, para que não haja maior divulgação entre o povo, ameacemo-los para não mais falarem neste nome a quem quer que seja (At 4..13-17).

Pelo poder de Cristo, Pedro e João haviam curado o homem que era aleijado. Os líderes judeus sabiam que isso fora um milagre da parte de Deus, mas entenderam as implicações de reconhecer tal fato. Poderíamos pensar que eles diriam: "Ora, visto que este milagre foi realizado bem diante de nossos olhos, pelo poder de Cristo, devemos arrepender-nos e sujeitar-nos a ele". Isso é o que deveriam ter dito, mas, em vez disso, eles disseram: "Não podemos negar isto. Mas podemos retardar o crescimento desta seita que detestamos, com os seus milagres. Vamos ameaçá-los severamente, para que de agora em diante não falem a ninguém a respeito desse nome. Vamos usar o poder e a autoridade que temos como governantes sobre eles para lhes fazer ameaças severas e por fim à sua pregação em nome de Cristo".

O que aconteceu? "Chamando-os, ordenaram-lhes que absolutamente não falassem, nem ensinassem em o nome de Jesus" (v. 18).

É importante que paremos e pensemos no que os líderes judeus estavam fazendo. As autoridades ordenaram que Pedro e João nunca mais falassem ou ensinassem sobre Cristo. À luz disso, considere: você estaria lendo este livro agora, se Pedro e João tivessem obedecido a essa ordem? Se a comunidade apostólica houvesse se sujeitado às autoridades e obedecido à ordem, o cristianismo teria acabado ali mesmo, naquele momento.

Mas o que aconteceu foi bem evidente. O magistrado ordenou que eles ficassem quietos, proibindo-os de fazer o que Cristo lhes mandara fazer. Em resposta, considere o princípio que emerge nos versículos seguintes: "Mas Pedro e João lhes responderam: Julgai se é justo diante de Deus ouvir-vos antes a vós outros do que a Deus; pois nós não podemos deixar de falar das coisas que vimos e ouvimos" (vv. 19-20).

A quem você obedece quando há um conflito direto, imediato e inequívoco entre a lei de Deus e o governo do homem? Às vezes, os

governantes humanos exigem que as pessoas façam coisas que Deus proíbe ou as proíbem de fazerem o que Deus ordena. O princípio é muito simples. Se qualquer governante – um oficial ou um corpo de governantes, um professor de escola, um chefe de trabalho ou um comandante militar – nos ordena fazer algo que Deus proíbe ou nos proíbe de fazer algo que Deus ordena, não somente *podemos* desobedecer-lhe, mas também *devemos* desobedecer-lhe. Se chegarmos a um momento de decisão como este, devemos obedecer a Deus.

Você pode memorizar este princípio em poucos minutos, mas a aplicação pode ser bastante complexa. Como pessoas pecaminosas, temos de compreender que somos muito inclinados a mudar e distorcer as coisas em nosso favor, a fim de beneficiarmos a nós mesmos. Antes de desobedecer às autoridades, devemos assegurar-nos de examinar rigorosamente a nós mesmos e ter um entendimento claro, quanto ao *motivo por que* planejamos desobedecer.

Se meu chefe de trabalho me ordena falsificar os registros financeiros para que ele seja protegido da acusação de apropriação indébita, eu tenho de desobedecer-lhe. Se uma autoridade governamental lhe diz que você tem de fazer aborto, você deve desobedecer-lhe porque obedece a uma autoridade maior. Se as autoridades dizem que não é permitido distribuir Bíblias ou pregar a Palavra de Deus, temos de fazê-lo apesar da ordem, porque temos um mandato de Deus para fazer discípulos entre as nações.

Esta é a razão por que o livre exercício da religião é tão importante. Proporciona o direito de agir de acordo com a consciência, mas, infelizmente, este direito está sendo destruído atualmente em muitas nações democráticas.

Quando eu ensinava numa universidade durante a Guerra do Vietnã, em minha classe tive vários alunos que se opunham à guerra. Eles procuravam dizer não ao envolvimento na guerra por meio de objeção consciente. Perguntaram-me se assinaria declarações juramentadas para comprovar que eles sustentavam realmente essa objeção, e eu o fiz.

Assinei vários daqueles documentos, mas não porque pensava que os alunos tinham um bom entendimento das complexidades da guerra, nem porque estava convencido de que a América estava errada por estar lá. De fato, eu não tinha certeza se deveríamos estar lá. Mas aqueles jovens estavam *seguros* de que nosso envolvimento era errado. Eu estava apenas testificando que eles eram sinceros.

Naquele tempo da história, tantos jovens buscavam o *status* de opositor consciente que a situação se tornou uma crise. Em reação, o governo mudou as regras para que alguém só pudesse receber o *status* de opositor consciente se pudesse provar que se opunha a *todas* as guerras, não somente àquela guerra específica. Em outras palavras, você tinha de ser um pacifista em todos os sentidos. Mas, para muitos cristãos através da história, essa abordagem inequívoca quanto à guerra seria muito simplista e colocaria muitos crentes numa posição bastante desafiadora em referência à obediência civil.

Embora o princípio de consciência tenha desaparecido em nosso governo, atos de desobediência civil têm permanecido. Isto foi demonstrado nos movimentos de direito civil de meados do século XX, quando enormes grupos de pessoas oprimidas transgrediram as leis locais. Este movimento procurava deixar claro que certas leis locais eram injustas e violavam a Constituição dos Estados Unidos.

Visto que o assunto de desobediência civil é complicado, é muito importante que sejamos especialistas nos princípios básicos concernentes à relação entre igreja e estado. Como Paulo diz em Romanos 13, devemos ser submissos às autoridades que são colocadas sobre nós, porque o seu poder é um poder derivado, dado por Deus mesmo. Este é o princípio de obediência civil. Mas, quando essas autoridades nos ordenam fazer algo que Deus proíbe ou nos proíbem de fazer algo que Deus ordena, devemos obedecer a Deus e não às autoridades terrenas.

Deus estabeleceu dois domínios na terra: a igreja e o estado. Cada um

deles tem sua própria esfera de autoridade, e nenhum deles deve infringir os direitos do outro. E, como cristãos, devemos mostrar grande respeito e interesse por ambos.

A Editora Fiel tem como propósito servir a Deus através do serviço ao povo de Deus, a Igreja.

Em nosso site, na internet, disponibilizamos centenas de recursos gratuitos, como vídeos de pregações e conferências, artigos, e-books, livros em áudio, blog e muito mais.

Oferecemos ao nosso leitor materiais que, cremos, serão de grande proveito para sua edificação, instrução e crescimento espiritual.

Assine também nosso informativo e faça parte da comunidade Fiel. Através do informativo, você terá acesso a vários materiais gratuitos e promoções especiais exclusivos para quem faz parte de nossa comunidade.

Visite nosso website

www.editorafiel.com.br

e faça parte da comunidade Fiel